



## EDITORIAL

Ao analisar a efetivação do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) pelo Estado Brasileiro no mês passado, o Comitê DESC da ONU se disse preocupado com “à cultura da violência e a impunidade predominante no Brasil, em particular contra defensores de direitos humanos ameaçados, molestados ou sujeitos à violência de milícias privadas associadas a atores privados e públicos”.

Dois casos servem como exemplos para esta cultura de violência citada: o fechamento das escolas itinerantes nos acampamentos gaúchos do MST pelo Ministério Público e o recente assassinato do pescador Paulo César dos Santos Souza, no Rio de Janeiro, contrário a construção de um gasoduto em Magé (RJ).

Ameaças, perseguições, assassinatos contra defensores ou contra movimentos sociais e organizações populares são situações sabidas e muitas vezes vivenciadas por todos nós. Mesmo que o governo federal tenha lançado o Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos DH (PPDDH) em 2004 e aprovado a Política Nacional do mesmo, ainda não foi possível visualizar um caminho para a efetividade de uma política para os defensores de direitos humanos.

Atualmente, três estados possuem projetos pilotos para o PPDDH (Pará, Pernambuco e Espírito Santo), onde 45 defensores estão sob alguma medida de proteção. Nestes mesmos estados, os casos de ameaças e perseguição permanecem, basta lembrar os 19 militantes que ficaram presos na Usina Hidrelétrica de Tucuruí ao protestarem contra a violência no campo no Pará.

Já em 2005 a representante da ONU sobre o tema, Hina Jilani, alertava que “grande parte da violência contra defensores está enraizada nos conflitos pela terra e pela proteção do meio ambiente”. Quer dizer que não basta um programa para os já ameaçados, mas uma política que dialogue com outras ações do Estado e que sirvam, conjuntamente, para enfrentar as causas violadoras dos direitos humanos neste país.

Para aprofundar este tema, a Plataforma Dhesca Brasil consentiu pela proposta de organizar uma Relatoria especial sobre Criminalização dos Movimentos Sociais e Defensores de Direitos Humanos, aprovada na reunião realizada em abril deste ano. Ao discutir um novo formato para as Relatorias Nacionais, ficou claro que era necessário criar instrumentos de enfrentamento e abrir espaço para temas estruturais e que nos afetam diariamente.

## NESTA EDIÇÃO

:: Dhesca Brasil: Capítulo brasileiro assume coordenação de GT da PIDHDD

:: Relatorias Nacionais: Saiba as datas previstas para a abertura do Edital

:: Monitoramento: Defensores de DH é tema para Comitê DESC da ONU

:: Internacional: CIDH faz visita de observação no Brasil

:: Nacional: Anistia Internacional divulga relatório sobre direitos humanos no Brasil

Divulgue suas ações nos próximos números. Opiniões e sugestões de texto podem ser enviadas para [comunicacao@dhescabrasil.org.br](mailto:comunicacao@dhescabrasil.org.br)

## RELATORIAS NACIONAIS EM DHESCA

O edital para a seleção dos relatores para a gestão 2009-2011 das Relatorias Nacionais em Dhesca será aberto entre junho e julho deste ano. O documento irá coroar um longo processo de avaliação que o projeto passou (desde 2007) e que teve sua reformulação finalizada no Seminário de Planejamento, realizado em abril deste ano em Brasília, com a participação do Grupo de Referência das Relatorias, da coordenação, além de redes e organizações parceiras.

Durante este encontro, foi definido um novo perfil de atuação para os Relatores, como a ampliação da incidência das missões para uma estratégia mais política, fortalecendo a face pública das Relatorias, estreitando vínculos com as agências da ONU e com as organizações e movimentos da sociedade civil. Outro ponto discutido foi o de fortalecer o Conselho Político, que deverá atuar na seleção dos relatores/as e também no apoio ao trabalho desenvolvido.

Para este novo modelo, a atuação dos relatores deve buscar a integralidade e a indivisibilidade dos direitos humanos através dos eixos de atuação. Também ficou definido que poderão ser criadas as Relatorias Especiais, com editais lançados ao longo dos mandatos, e as Relatorias *ad hoc*, para atuar em graves violações de direitos humanos.

Sobre essas alterações, todas as organizações da Dhesca Brasil e entidades de apoio receberam um edital de consulta sobre temas para a próxima gestão e também sugestões para o processo de escolha dos novos relatores. O prazo para essa consulta terminou no final de maio e vários e-mails foram recebidos pela Secretaria Executiva.

### **Relatora de Educação dá aula pública nas escadarias do Congresso Nacional**

A relatora Denise Carreira participou, em maio, de uma aula pública para debater o déficit educacional com relação aos índices de leitura, analfabetismo e Educação de Jovens e Adultos. A aula foi realizada no gramado ao lado da rampa do Congresso Nacional e fez parte da Semana de Ação Mundial, realizada no Brasil pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Atualmente, um em cada dez brasileiros com mais de 14 anos de idade é analfabeto e mais de 77 milhões de pessoas não desenvolveram o hábito da leitura no Brasil.

Durante a Aula Pública, a relatora entregou o informe parcial da missão realizada entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009 sobre a situação da educação nas prisões brasileiras. Nos presídios brasileiros, 330 mil jovens e adultos não completaram a educação básica. Além de Denise Carreira, participaram da Aula Pública Ana Lúcia Lima (Instituto Paulo Montenegro); Elizabete Ramos (Campanha Nacional pelo Direito à Educação); Sérgio Haddad (ONG Ação Educativa) e Timothy Ireland (organizador da Confinteia, da UNESCO).

### **MP Federal envia relatórios da Dhesca a procuradores estaduais e municipais**

A Dra. Gilda Pereira de Carvalho, da Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, encaminhou os relatórios produzidos pela Relatoria de Moradia a todos os procuradores que atuam nos estados e municípios citados. Junto com os relatórios, a procuradora encaminhou um pedido para a leitura dos mesmos e uma atualização dos casos.

A procuradora federal participou de uma Audiência Pública, no final de abril, realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados para discutir a política de urbanização brasileira, os conflitos fundiários e a criminalização dos movimentos de luta pela moradia. Nesta audiência, a relatora da Plataforma Dhesca Brasil, Lucia Moraes, apresentou um relatório com informações das oito cidades visitadas em sua gestão (São José dos Campos, Natal, Rio Grande, Belém, Salvador, Goiânia, Macapá e Manaus). Mesmo em contextos diferentes, as violações partem geralmente de despejos forçados, falta de políticas públicas para habitação e o excesso de burocracia para resolver o déficit habitacional. Durante a Audiência Pública, a relatora da ONU Raquel Rolnik criticou a especulação imobiliária, que transforma a moradia em mercadoria e ativo financeiro. "Compatibilizar a existência do mercado imobiliário e a garantia dos direitos: é para isso que existe o Estado (...) Ainda prevalece nos governos a visão de que lotes bem localizados devem ir para o mercado e não para garantir moradia para a população".

---

## **PLATAFORMA DHESCA BRASIL**

### **Capítulo brasileiro assume coordenação de GT da PIDHDD**

A Plataforma Dhesca Brasil assumiu a coordenação dos trabalhos do Grupo Iniciativa Mercosul, mantido pela Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD). O GT foi constituído em 2003 e teve sua última gestão coordenada pelo capítulo uruguaio. Entre as atividades desenvolvidas estão o acompanhamento das Reuniões de Altas Autoridades de Direitos Humanos (RAADH) e do Parlamento do Mercosul (Parlasul). Na última reunião do Comitê de Coordenação Regional da PIDHDD (CCR) ficou definido que o GT deveria aprofundar o debate sobre os processos de integração (Mercosul, Unasul, Comunidade Andina etc), redefinir os temas estratégicos e planejar suas atividades para próximo mandato de dois anos.

Dentro dessa perspectiva de atuação, o capítulo brasileiro irá assumir os trabalhos e durante os próximos meses fará uma transição de atividades com o Uruguai. Para iniciar este processo, a PIDHDD e a Dhesca Brasil realizaram, no final de maio em Curitiba (PR), o Seminário sobre Integração Regional/GT Iniciativa Mercosul com a participação de representantes de oito países. Do capítulo brasileiro estavam presentes Andressa Caldas (Justiça Global), Camila

Asano (CONNECTAS), Darci Frigo (Terra de Direitos) e Edelcio Vigna (INESC). Mas fica o desafio para todas as organizações de incluírem a temática da integração latino-americana em suas pautas de intervenção. Com o Brasil coordenando as atividades, haverá a oportunidade de acumular mais conhecimento sobre o tema e incidir nas decisões que afetam o bloco.

O deputado federal Dr. Rosinha (PT-PR) também participou do seminário para explicar como funciona o Parlamento do Mercosul, onde já ocupou a cadeira de presidente. Para ele, existem diversos obstáculos para o pleno funcionamento do Parlasul, como o curto mandato para presidência – de apenas seis meses – e o não cumprimento da proporcionalidade dos deputados, prevista no Protocolo de criação do Parlasul. As eleições para o Parlasul acontecem no segundo semestre desse ano, mas se não ficar definido a proporção dos deputados a composição deste parlamento ficará prejudicada. “Provavelmente não teremos todos os representantes eleitos em janeiro de 2011, talvez nem a Argentina tenha representante”.

O representante da Central Sindical das Américas, Gonzalo Berrón, participou do primeiro dia do Seminário e contextualizou os processos de integração a partir da perspectiva da crise financeira. Gonzalo acredita que a integração pode ser uma alternativa para os países latinos contornarem a crise econômica “através de laços econômicos dinâmicos e solidários na região”. O texto de Gonzalo está disponível em nosso site ([clique aqui para baixar](#)).

---

## MONITORAMENTO EM DH NO BRASIL

O Comitê de Direitos Econômicos Sociais e Culturais das Nações Unidas encerrou em maio o 42º período de sessões, quando realizou a análise do Segundo Relatório Periódico sobre o cumprimento do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) pelo Brasil. O documento oficial com as recomendações para o governo brasileiro já foi divulgado e pode ser acessado pela nossa página ([www.dhescbrasil.org.br](http://www.dhescbrasil.org.br)).

A sociedade civil brasileira participou deste processo através do projeto Monitoramento dos Direitos Humanos, do qual a Plataforma Dhesca faz parte e que foi representada por Jurema Werneck, da ONG Criola. A posição deste grupo brasileiro era de que, apesar dos programas sociais do governo, o país continua líder na desigualdade social e nas violações aos dh. “No início do governo recebemos informações sobre uma série de programas sociais que o governo Lula estava adotando. Agora, queremos saber se eles de fato funcionaram, como afetaram as populações e se de fato ajudaram a reduzir a pobreza”, afirmou Virgínia Braz Gomes, uma das peritas do comitê da ONU.

O exame do Comitê DESC da ONU começou com o relato da sociedade civil e, na sequência, o Estado Brasileiro, signatário do PIDESC desde 1992, foi avaliado a partir de 35 questões que incluíram temas como redução da pobreza, queda dos índices de fome e analfabetismo, acesso à saúde e a questão da violência policial.

No documento divulgado pelo Comitê, o Brasil avançou com a criação da Lei Maria da Penha, o Plano Nacional de Qualificação para políticas públicas de emprego para grupos vulneráveis, o Programa Nacional de Merenda Escolar e o Programa Brasil sem Homofobia. Mas manifestou diversas preocupações, como a significativa diferença entre negros e brancos, no que diz respeito aos níveis de pobreza, ao analfabetismo e às desigualdades no acesso ao emprego; com o grande número de trabalhadores em situação análoga a escravidão, principalmente no desmatamento e na colheita de cana.

A coordenação do projeto Monitoramento dos Direitos Humanos irá fazer uma reunião neste mês para elaborar um parecer sobre o teor das observações. De acordo com a coordenação, “é o momento de nos apropriarmos do conteúdo das observações, divulgá-las e trabalhar para torná-las instrumentos positivos no seguimento dos DH em nossas lutas”. A coordenação também abre espaço para sugestões e considerações sobre o documento da ONU que sejam incorporados no parecer. O e-mail para contato é [secretaria.dhesc@gmail.com](mailto:secretaria.dhesc@gmail.com).

---

## NACIONAL

### **Pescador contrário a gasoduto no RJ é morto dentro de casa**

Paulo César dos Santos Souza, 40, era fundador da Associação dos Homens do Mar (Ahomar), e se opunha ao projeto em Magé (RJ), que integra ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No último mês, o projeto teve seu canteiro de obras embargado após as secretarias de Meio Ambiente e da Fazenda apontarem 42 irregularidades. Seis horas após o

embargo, Paulo César foi espancado e morto com cinco tiros em sua própria casa, na frente de sua família.

Os pescadores são contrários ao projeto da Petrobras na baía de Guanabara e em abril conseguiram bloquear o empreendimento por 36 dias. O projeto é executado pelo consórcio GLP Submarino, que reúne as empresas GDK S.A. e Oceânica. Estão sendo construídos dois dutos para escoamento de gás de cozinha entre o terminal da Ilha Redonda, perto da Ilha do Governador (zona norte do Rio), e a Refinaria de Duque de Caxias. Com os dutos, os pescadores reclamam de degradação ambiental, da redução à metade do pescado no mar e de acidentes provocados por embarcações do consórcio.

### **Anistia Internacional divulga relatório sobre direitos humanos no Brasil**

A Anistia Internacional lançou, na última semana de maio, o Relatório Anual com um levantamento sobre a situação dos direitos humanos em diversos países. No Brasil, o relatório destacou a corrupção no serviço público, violência em áreas rurais e contra povos indígenas, formação de forças paramilitares etc. De acordo com o coordenador para assuntos brasileiros, Tim Cahill, "existe um conceito infeliz no Brasil que é que os direitos humanos só defendem bandidos". O relatório aborda diversos assuntos, como violência e despejos forçados nas áreas rurais, direitos dos povos indígenas, ameaças aos defensores de direitos humanos, entre outros. A Anistia Internacional ainda caracterizou o sistema de justiça criminal brasileiro como negligente e corrupto. Leia o [capítulo brasileiro](#) na íntegra pelo nosso site.

---

## **INTERNACIONAL**

### **CIDH faz visita de observação no Brasil**

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) irá realizar uma visita de observação no Brasil entre os dias 3 a 12 de agosto. A visita terá como objetivo analisar temas como segurança cidadã e violência urbana e rural. Para tal, diversas organizações da sociedade civil já foram contatadas e terão a responsabilidade de intermediar o diálogo entre a CIDH com vítimas e auxiliar na realização das audiências sobre os temas. As cidades que receberão a visita da CIDH serão Brasília, Recife, Belém, São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro. A comissão já está realizando um trabalho de preparação da visita e trarão ao Brasil questionamentos sobre os temas escolhidos.

## **EXPEDIENTE**

---

### **Secretária Executiva da Plataforma DhESCA Brasil**

Lígia Cardieri: [ligiacardieri@gmail.com](mailto:ligiacardieri@gmail.com)

### **Secretário Assistente da Plataforma DhESCA Brasil**

Gabriel Jamur Gomes: [secretariadhesc@yahoo.com.br](mailto:secretariadhesc@yahoo.com.br)

### **Assessoria de Comunicação Social**

Laura Bregenski Schuhli: [comunicacao@dhescbrasil.org.br](mailto:comunicacao@dhescbrasil.org.br)

### **Endereço : Secretaria Executiva da Plataforma DhESCA Brasil**

Rua Des. Ermelino de Leão, 15, conj. 72 – Centro – CEP: 80410-230 – Curitiba/PR – Brasil  
Tel: +55 (41) 3014-4651 - + 55 (41) 3232-4660

Mais informações sobre a Plataforma DHESCA Brasil acesse o site: [www.dhescbrasil.org.br](http://www.dhescbrasil.org.br)